

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.828 - SP (2018/0323540-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A
ADVOGADOS : ANTONIO PEDRO MEDEIROS DIAS - SP312705
MILENA DONATO OLIVA - SP305520
GUSTAVO JOSE MENDES TEPEDINO - SP305517
ANDRE VASCONCELOS ROQUE - SP349128
AGRAVADO : AVALLONE ADVOGADOS
ADVOGADO : EDUARDO JANZON AVALLONE NOGUEIRA - SP123199

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO JUDICIAL DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de arbitramento judicial de honorários advocatícios.
2. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à efetiva prestação dos serviços advocatícios pela agravada e a necessidade da prova pericial, exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais
3. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 20/08/2018.

Concluso ao gabinete em: 12/12/2018.

Ação: arbitramento judicial ajuizada por AVALLONE ADVOGADOS em desfavor da agravante, tendo em vista rescisão unilateral de contrato de prestação de serviços advocatícios onde não houve o pagamento dos honorários pelos serviços prestados. Requereu o arbitramento judicial e condenação da agravante ao pagamento dos honorários advocatícios contratuais e sucumbenciais nos processos em que houve efetiva prestação de

serviços.

Sentença: julgou parcialmente procedente o pedido para condenar a agravante ao pagamento de honorários contratuais no valor de R\$ 33.399,00 (trinta e três mil, trezentos e noventa e nove reais), com as devidas correções.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação do agravado e julgou prejudicado a apelação da agravante, nos termos da seguinte ementa:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS Recuperação de crédito - Ajuizamento de ações de busca e apreensão de bens móveis Revogação do mandato - Contrato que estabelece honorários para hipóteses diversas - Especificidade que impõe a produção de prova pericial - Ação parcialmente procedente - Sentença anulada - Recurso do autor parcialmente provido - Apelo da ré prejudicado. (e-STJ fl. 821)

Embargos de Declaração: opostos pela agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação do art. 22, §2º da Lei nº 8.906/94. Sustenta a impossibilidade do arbitramento de honorários advocatícios, tendo em vista a prévia existência de contratos estipulados entre as partes, razão pela qual haveria violação ao Estatuto da OAB, cujo o arbitramento só caberia nos casos em que não houvesse o contrato.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Do reexame de fatos e provas e da interpretação de cláusulas contratuais

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à efetiva prestação dos serviços advocatícios pela agravada e a necessidade da prova pericial, exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que a sentença foi anulada pelo acórdão recorrido (e-STJ fls. 824).

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora